



SUPERIOR TRIBUNAL DE JUSTIÇA

HABEAS CORPUS Nº 682148 - PB (2021/0230575-8)

RELATOR : **MINISTRO FELIX FISCHER**
IMPETRANTE : EVALDO DA SILVA BRITO NETO
ADVOGADO : EVALDO DA SILVA BRITO NETO - PB020005
IMPETRADO : TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA
PACIENTE : CASSIANO GALDINO OLIVEIRA (PRESO)
CORRÉU : JUSCELINO MATEUS HERCULANO
CORRÉU : ALISSON RAMOS DA SILVA
INTERES. : MINISTÉRIO PÚBLICO DO ESTADO DA PARAÍBA

DECISÃO

Cuida-se de *habeas corpus* impetrado em favor de CASSIANO GALDINO OLIVEIRA em que se aponta como autoridade coatora o TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DA PARAÍBA (RESE n. 000283-94.2019.815.0541).

Infere-se dos autos que o juízo pronunciou o paciente "como incursos nas sanções dos artigos 121, §2º, I, IV e V, e artigo 288, c/c art. 29, todos do Código Penal, na forma do art. 69, do CP, e do artigo 244-B, do Estatuto da Criança e do Adolescente - Lei 8.069/90, nos moldes do art. 70 do CP, a fim de submetê-los a julgamento pelo Tribunal do Júri da Comarca de Pocinhos" (fl. 10).

A impetrante sustenta que o paciente sofre constrangimento ilegal, por entender que "nenhuma prova fora judicializada no sentido de atribuir qualquer autoria ou participação de Cassiano no intento criminoso que culminou com a morte de José Ailton", de modo que "resta inconcebível um magistrado pronunciar um acusado tão somente pelo que foi colhido na fase policial, ou seja, sem provas judiciais" (fls. 4-5).

Agrega argumentação de que a pronúncia não pode se basear apenas no depoimento de informante.

Requer, conseqüentemente, "A impronúncia do acusado por não haver prova judicializada contra si, bem como, pela impossibilidade de fundamentar decisão através de um depoimento isolado e contrariado de informante" (fl. 7).

É, no essencial, o relatório. Decido.

Ausente pleito liminar, não há o que ser examinado no plantão.

Solicitem-se informações ao Tribunal de origem, que deverão ser prestadas preferencialmente por malote digital e com senha de acesso para consulta ao processo.

Após, dê-se vista ao Ministério Público Federal.

Publique-se. Intimem-se.

Brasília, 22 de julho de 2021.

MINISTRO JORGE MUSSI

Vice-Presidente, no exercício da Presidência